

PARQUE ESTADUAL DE PORTO FERREIRA (SP): O CONFLITO ENTRE A CONSERVAÇÃO E O AVANÇO DA PRODUÇÃO CANAVIEIRA

Isabelly Mirandez Oliveira¹

As unidades de conservação são criadas pelo poder público com o intuito de preservar a biodiversidade. Pelo Decreto Estadual nº 40.991, de 06 de novembro de 1962, foi criada a Reserva Estadual de Porto Ferreira, e em 12 de março de 1987, pelo Decreto nº 26.891, a reserva foi transformada em Parque Estadual (UEZU, 2003).

O Parque Estadual de Porto Ferreira (PEPF) possui 611,55 hectares e localiza-se regionalmente na Bacia Sedimentar do Paraná, na unidade morfoescultural da Depressão Periférica Paulista, e na unidade morfológica da Depressão do Mogi-Guaçu. Esta unidade de conservação encontra-se na porção centro-norte do Estado de São Paulo, região na qual ocorreu a expansão do café e, posteriormente, da cana-de-açúcar.

A unidade preserva os mais importantes biomas e ecossistemas do Estado de São Paulo: mata atlântica de interior, floresta estacional semidecidual, cerrado e mata ciliar, conservando quase todas as árvores primitivas (UEZU, 2003).

A zona de amortecimento do PEPF é tomada pela agricultura, predominando a cana-de-açúcar, que ocupa 62,87% da área, seguida da cultura de citrus, com 19,51% (UEZU, 2003).

A produção canavieira, fomentada pelo incentivo público, modifica a paisagem do Estado de São Paulo, expandindo as áreas plantadas e pressionando os remanescentes florestais.

Atualmente, existem 39 unidades de produção agrícola localizadas na zona de amortecimento do parque, das quais 21 cultivam a cana-de-açúcar, sendo 80% da produção absorvida por uma única usina, que atua em Porto Ferreira e em mais 12 municípios da região. A proximidade do parque com as áreas agrícolas acarreta impactos ambientais diversos, que são destacados a seguir:



Foto 1 – Caminhando pela Trilha das Árvores Gigantes, no interior do PEPF, é possível observar a delimitação tênue entre o parque (lado direito da foto) e o pomar de laranja (lado esquerdo da foto) de uma das fazendas vizinhas à unidade de conservação. Devido à proximidade da monocultura, as bordas da vegetação do parque sofrem influência de diversos fatores como: “vento, luminosidade, entrada de nutrientes e agrotóxicos” (DUTRA-LUTGENS, 2000, p.09). Uma alternativa para minimizar os impactos seria a agrofloresta, onde numa faixa de, aproximadamente, 30 metros a partir do limite do parque, seriam plantadas espécies nativas junto ao pomar. As propriedades do entorno praticam um sistema de rotatividade de culturas, portanto, é possível que em breve a área de plantação de laranja observada seja substituída por cana-de-açúcar. Foto: Isabelly M. Oliveira, junho/2010.



Foto 2 – Fragmento isolado de vegetação, localizado na Zona de Amortecimento do Parque Estadual de Porto Ferreira/SP. Segundo Andrade (2007), estes fragmentos possuem importância na medida em que facilitam a passagem de aves entre fragmentos vegetais distintos, diminuindo o isolamento genético das metapopulações. Foto: Isabelly M. Oliveira, junho/2010.



Foto 3 - A lavoura de cana avança em direção ao Ribeirão dos Patos, sendo visível a degradação e redução da mata ciliar, o que, por sua vez, resulta no processo de assoreamento e mudança dos padrões hidrológicos da área. De acordo com a Lei Federal nº 4.771, cursos d'água que possuem menos de 10 metros de largura necessitam de 30 metros de área de preservação permanente (BRASIL, 2010). Foto: Isabelly M. Oliveira, junho/2010.



Foto 4 – No Córrego da Água Parada, a existência de espécies invasoras agrava a situação da mata ciliar. Espécies como a braquearia, o colômbio, lírio do brejo e eucaliptos prejudicam o desenvolvimento das espécies nativas. Foto: Isabelly M. Oliveira, junho/2010.



Foto 5 - Represamento do Córrego da Água Parada e captação de água para irrigação. A mata ciliar, nesta área, não foi preservada. A Resolução CONAMA nº 302, de 20 de março de 2002, estabelece o mínimo de 15 metros de mata protegida para reservatórios artificiais localizados em áreas rurais (BRASIL, 2010). Foto: Isabelly M. Oliveira, junho/2010.



Foto 6 – Córrego da Água Parada: neste ponto ocorre a captação de água para irrigação das plantações de cana-de-açúcar e batata, pressionando, dessa maneira, os recursos hídricos locais. A área se encontra muito próxima ao parque, fato que coloca em xeque a necessidade de diálogo com os proprietários, a respeito do uso e captação do recurso. O local fotografado encontra-se próximo à área de proteção de nascente. Funcionários do parque afirmam que, devido à falta de fiscalização por parte dos órgãos competentes, a chance de um número considerável de nascentes terem sido degradadas é grande, o que implica em danos irreversíveis e que afetam toda a Bacia do Mogi – Guaçu. Foto: Isabelly M. Oliveira, junho/2010.



Foto 7 - A questão da adubação das lavouras é outro aspecto relevante, o que remete à utilização dos resíduos industriais como a vinhaça e a torta de filtro. A usina utiliza 100% da vinhaça produzida como adubo líquido no processo de fertirrigação, sendo a água industrial também incorporada a este subproduto, bem como a fuligem. A vinhaça produzida percorre um sistema de canais e chega a um reservatório, observado nesta foto, de onde é bombeada, por um sistema próprio, para as áreas de plantação. Algumas áreas são irrigadas com a ajuda de caminhões que fazem o transporte. O Plano Estadual de Recursos Hídricos 2004/2007 aponta a “carga orgânica e a vinhaça de cana no Médio Mogi-Inferior” como os principais problemas diagnosticados na Bacia do Mogi (SÃO PAULO, 2004, p. 43). Foto: Isabelly M. Oliveira, junho/2010.



Foto 8 – A torta de filtro também é utilizada para a adubação dos canaviais localizados na zona de amortecimento do parque. Este resíduo é disposto em áreas próximas à usina. Como não existem estudos científicos que comprovem a utilização de uma quantidade adequada, de maneira a assegurar a não poluição do solo e da água, é recomendado, de forma preventiva, que as áreas de compostagem ao ar livre tenham uma base “compactada e impermeabilizada com geomembrana de Polietileno de Alta Densidade” (PEAD) (ANDRADE, 2007), fato que não foi observado em campo, aumentando, dessa forma, os riscos de contaminação das águas subterrâneas. Foto: Isabella M. Oliveira, junho/2010.

Observações Finais

As unidades de conservação brasileiras estão inseridas em paisagens dominadas pelas matrizes agrícolas, o que dificulta o cumprimento dos objetivos conservacionistas a que se propõem.

As bases dos conflitos que envolvem as áreas protegidas estão delineadas antes mesmo da legitimação destes territórios, na medida em que estas áreas são instauradas com o objetivo de salvaguardar remanescentes florestais de impactos ambientais já existentes.

A zona de amortecimento do PEPF está tomada por uma diversidade de culturas agrícolas, sendo a cana-de-açúcar o principal expoente. Isto afeta a qualidade dos processos ecológicos no entorno do parque, o que, por sua vez, gera impactos diretos e indiretos, a curto e longo prazo, na referida unidade de conservação.

Referências

ANDRADE, J.M.F.; DINIZ, K.M. **Impactos Ambientais da Agroindústria da Cana-de-açúcar Subsídios para a Gestão**. 2007, 131f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Curso de Especialização em Gerenciamento Ambiental, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – USP, PIRACICABA-SP, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente – MMA. Resolução CONAMA nº 302 – Reservatórios Artificiais. Brasília: MMA, 4 p. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30202.html>>. Acesso em: 28 jul. 2010.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente – SMA. Lei Federal nº 4771 – **Novo Código Florestal**. São Paulo: SMA, 10 p. Disponível em: <<http://ambiente.sp.gov.br>> Acesso em 28 jul. 2010.

DUTRA-LUTGENS, H. **Caracterização ambiental e subsídios para o manejo da zona de amortecimento da Estação Experimental e Ecológica de Itirapina – SP. – Rio Claro**. 2000. 62 f. Dissertação (Mestrado em Conservação e Manejo de Recursos) – Centro de Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2000.

SÃO PAULO (ESTADO). Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **Comitê Coordenador do Plano de Recursos Hídricos 2004/2007**. São Paulo, SP: Governo do Estado de São Paulo, 2004.

UEZU, A. et al. **Plano de Manejo do Parque Estadual de Porto Ferreira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Meio Ambiente. Instituto Florestal, 2003.

Informações sobre a autora:

¹Isabelly Mirandez Oliveira - <http://lattes.cnpq.br/9360517243039244>
Aluna de Graduação do Curso de Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus de Rio Claro – SP.
Contato: isabelly_m@yahoo.com.br



CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem, Rio Claro, SP, Brasil – eISSN: 1980-654X – está licenciada sob [Licença Creative Commons](#)